

Admire o Brasil; depois negocie

Editorial publicado ontem, segunda-feira, 15 de setembro, no New York Times. "A visita do Presidente José Sarney, do Brasil a Washington na semana passada, seguiu todas as formalidades apropriadas ao encontro entre as duas maiores nações do Novo Mundo. Mas, as visões globais que poderiam compartilhar ficaram perdidas nas questões imediatas e irritantes do comércio bilatebilateral.

As queixas americanas e brasileiras sobre o comércio são importantes, mas, a relação política mais ampla entre os dois países é muito mais fundamental. Washington precisa superar sua fixação com as pequenas repúblicas da América Central, perturbadas pela guerra, e prestar mais atenção às mudanças dramáticas que estão acontecendo na América do Sul. O lugar apropriado para começar é o Brasil.

Com uma população de 130 milhões, o Brasil é hoje a oitava maior economia no mundo não-comunista. Apesar de uma dívida externa de 100 bilhões de dólares e, a despeito da recessão na América Latina, o Brasil conseguiu no ano passado uma taxa de crescimento de 8%, fato verdadeiramente marcante, saindo de uma hiperinflação em direção à estabilidade de preços. Simultaneamente, nos últimos 18 meses, o presidente Sarney conduziu o Brasil numa transição histórica de uma ditadura militar para uma democracia vigorosa. A consolidação desta evolução política, através de eleições fundamentais neste outono, poderá fortalecer bastante a tendência democrática em quase toda a América do Sul.

As dificuldades comerciais, que cegam alguns americanos em relação a esses resultados, podem ser consideradas inevitáveis. O Brasil precisa de mais de 10 bilhões de dólares por ano para fazer face ao serviço de sua dívida e, desta maneira, necessita manter um saldo comercial muito alto. Assim, ele luta contra o protecionismo das nações mais industrializadas, ao mesmo tempo que restringe suas próprias importações dando tratamento favorecido à produção nacional. Desta maneira, os negociadores do

Brasil reclamam contra barreiras às suas importações de aço, ao mesmo tempo que defendem as restrições do Brasil contra computadores estrangeiros.

Trata-se de uma contradição, mas, não pode ser considerada singular. O Brasil alia essa política ao desejo bem compreensível de não se contentar com a exportação de manufaturados simples, como sapatos, e produtos primários como café e soja. O País decidiu promover — e proteger — indústrias de alta tecnologia como computadores, automóveis e produtos petroquímicos. Promover sem proteger seria uma política preferível, mas, somente realista se o Brasil pudesse conseguir algum alívio em sua dívida externa.

O discurso duro do presidente Reagan a seu visitante foi inspirado pela aparente decisão da administração norte-americana de adotar medidas retaliatórias em relação às restrições brasileiras sobre computadores. Washington também se sentiu ofendida pela liderança do Brasil no bloco do Terceiro Mundo que resiste à inclusão de serviços e finanças nos protocolos de comércio livre internacional (GATT). Estes conflitos são significativos, mas, solucionáveis. O Brasil já demonstrou boa vontade em ceder terreno no que diz respeito a direitos de **software**, caso Washington possa retardar as medidas de retaliação.

O presidente Sarney afirmou no Congresso dos Estados Unidos que o Brasil poderia importar mais produtos americanos se o serviço da dívida pudesse ser reduzido. No momento, ele custa mais do que 5% do PIB brasileiro. O crescimento econômico forte e juros mais baixos prometem algum alívio mas ainda não ficaremos perto da meta de 2,5%.

Uma política norte-americana sábia deveria visar a uma aliança hemisférica mais forte, enfatizando a democracia e o desenvolvimento, e construída em torno do êxito político e econômico do Brasil. Neste contexto, as disputas comerciais assumiriam seu lugar de menor importância tornando-se mais fáceis de serem contornadas".